

UM MANUSCRITO, OUTRA VISÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES DE JOSÉ DE ALENCAR SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

Tito Barros Leal*

Resumo

Temos por objetivo trazer à lume um manuscrito de José de Alencar colhido na Coleção José Martiniano de Alencar, arquivada na Divisão de Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, estabelecido no Rio de Janeiro. O documento em pauta apresenta um exercício de escrita ainda pouco vasculhado dentro da imensa obra daquele a quem a crítica reconheceria como o *patriarca da literatura brasileira*. Trata-se de uma reflexão sobre o processo da Independência Brasileira, tema até então pouco discutido pela gente de Clio que lhe cercava. As anotações que compõem o manuscrito em questão parecem ter contribuído para a elaboração do documento *1820-1821*, outra peça muitíssimo dentro da avolumada produção alencariana. O texto que segue está organizado em três partes específicas, a saber: 1) introdução ao tema e ambientação da cena historiográfica do Brasil oitocentista; 2) reflexões sobre a proposta alencariana acerca do problema da Independência nacional; e 3) apresentação do manuscrito alencariano.

Palavras-chave

José de Alencar – Historiografia brasileira – Independência do Brasil

Abstract

We aim to bring to the light one of José Alencar's manuscript collected in José Martiniano de Alencar collections, filed in the Historical Archives Division of the National Historical Museum, established in Rio de Janeiro. The document in focus shows even a writing exercise little searched in the immense work of him whom the criticism recognize as the patriarch of Brazilian literature. This documents is a reflection on the process of the Brazilian Independence, subject hitherto little discussed by Clio's people that surrounded him. The notes that make up the manuscript in question appear to have contributed to the preparation of the document 1820-1821, another piece very much within the beehive alencariana production. The following text is organized into three specific parts, namely: 1) introduction to the theme and ambiance of the historiographical scene of nineteenth-century Brazil; 2) reflections on alencariana proposal about the problem of national independence; and 3) presentation of alencariano manuscript.

Keywords

José de Alencar – Brazilian historiography - Independence of Brazil

José de Alencar é desses escritores que sempre surpreendem. Quase século e meio depois de ter partido para abrilhantar o céu dos imortais, não importa quantas vezes lemos ou relemos um dos seus livros, algo novo sempre há de vir reluzir nossa imaginação.

Na vasta obra do romancista cearense como, por exemplo, nas crônicas semanais intituladas *Ao correr da pena*, publicadas entre 1854 e 1855, primeiramente nas folhas do *Correio Mercantil* e, posteriormente nas do *Diário do Rio de Janeiro*, encontramos esmerado trabalho, quase um estudo de antropologia social, no qual o autor narra e analisa cenas e costumes do cotidiano carioca de sua época, além de uma profunda reflexão sobre a política e a economia do Brasil Imperial.

* Doutor em História pela Universidade Clássica de Lisboa; Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará; Especialista em Estudos Clássicos, Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará. titobarrosleal78@gmail.com

Por outro lado, se voltamos os olhos para a ficção alencariana e, com atenção, analisamos as entrelinhas de seus romances, encontramos um campo fértil de onde brotam reminiscências de cotidianos vividos e imaginados pelo escritor. Em *Cinco Minutos* (1855), *Lucíola* (1862) e *Diva* (1862), por exemplo, deparamo-nos com importantes notas sobre o comportamento feminino em voga no Brasil dos oitocentos.

Noutra perspectiva e levando em conta os tipos regionais e a multiplicidade cultural do país que se ia formando, em textos como *O gaúcho* (1870), *O tronco do ipê* (1871), *Sonhos d'ouro* (1872) e *O sertanejo* (1875), Alencar conseguiu apresentar uma sociologia das particularidades territoriais, tarefa também buscada, ainda que por outras vias metodológicas, pela Revista do IHGB, em cujas linhas um Brasil ainda muito pouco conhecido vinha sendo apresentado aos brasileiros.

Político e polêmico, espírito inquieto na corte de D. Pedro II, independente e opinante, José de Alencar produziu também importantes cartas, panfletos e artigos nos quais apresentou, analisou e criticou os problemas do Império e da política nacional de sua época. Exemplos disso são: as *Cartas ao Imperador* (1865), as cartas *Ao Marquês de Olinda* (1866) e *Ao Visconde de Itaboraí* (1866), as *Novas cartas ao Imperador* (1866) e as cartas *Ao povo* (1866).

Também importantes escritos do autor são *As minas de Prata* (1865 e 1866) e *A guerra dos mascates* (1871 e 1873). Neles podemos entrever algumas das reflexões do autor sobre a História nacional. Ainda no campo da ciência de Clio, mas agora refletindo diretamente sobre importante paradigma nacional dos oitocentos, o indianismo, podemos citar: *O guarani* (1857), *Iracema* (1865) — sua obra prima — e *Ubirajara* (1873).

Neste breve excursão, nem mesmo nos alongamos nos escritos de crítica e ensaios literários, nos estudos jurídicos, nas peças produzidas para teatro ou, ainda na poesia, estilos desenvolvidos com a mesma pena garrida usada nos títulos já mencionados.

Ora, se a frutuosa produção desse autor — ou pelo menos boa parte dela —, mesmo sendo já tão conhecida do público, ainda é capaz de causar admiração nas inteligências mais definidas, imagine-se quando algo novo, trazido diretamente das páginas manuscritas dos arquivos pessoais do autor cai nas mãos de um historiador (ou pretense)!

Inda mais: e se essa novidade versa exatamente sobre o foco da sua pesquisa desenvolvida? Novo espanto!

Ao que parece, a relação de José de Alencar com a História nacional transcende o simples fato de ele ter sido um escritor romântico. Encarar a questão nesses termos é simplificar a capacidade poligráfica do autor. Diante disto e, conforme já apontamos nalguns

escritos¹, o romancista parece ter derivado de sua estética nacionalista, primeiramente esboçada nas *Cartas sobre “A Confederação dos Tamoios”* (1856), um método historiográfico próprio.

Aliás, quando confrontado com o modelo historiográfico estabelecido no Brasil oitocentista, do qual o IHGB é o aporte fundamental, o método historiográfico alencariano, mostra-se bastante original, chegando mesmo a ser ousado em certos aspectos, fazendo com que nós, historiadores, caiamos num enleio teórico, na medida em que, na lógica historiográfica desenvolvida pelo romântico, as fronteiras entre real (*aquilo-que-foi*) e ficcional (*aquilo-que-deve-ter-sido*) quase se diluem.

Mas antes de desenvolver seu peculiar método historiográfico, Alencar também militou na biografia. De fato, em 1849, ainda estreante no mundo das letras, o escritor cearense publicou, nas páginas da revista *Ensaios Literários*, artigo intitulado *Traços biographicos sobre a vida de D. Antonio Felipe Camarão*²

Certamente que a escrita biográfica foi a mais direta e explícita atuação de um José Alencar historiador, mas certamente também não foi a única. Nos cadernos da coleção José Martiniano de Alencar, depositados na Divisão de Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (doravante, DAH/MHN), encontramos importantes fontes comprovativas da lida historiográfica alencariana.

Alguns dos manuscritos contidos no caderno 5 do *corpus* informado, apontam para uma produção alencariana diretamente vinculada àquilo que, em conformidade com as ideias de Manuel Salgado Guimarães, pode ser entendido como a pré-historiografia nacional.

Tema recorrente nesses manuscritos é o do Primeiro Reinado. Ao que parece, D. Pedro I e o processo de Independência chamavam a atenção do escritor de modo especial. Tanto assim foi que, no referido volume da coleção José Martiniano de Alencar encontramos nada menos que sete documentos sobre o tema, dos quais, seis fragmentos manuscritos e um texto em provas tipográficas, aparentemente completo.

¹ Cf. p. ex. LEAL, Tito Barros. Iracema para além das expectativas: ficcionalização da História em José de Alencar. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Vol. 4, Nº 7, p. 60-71, 2012. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Iracema.paraalmdasexpectativas.pdf, acesso em: 29/08/2012./

² Este texto, praticamente desconhecido na vultuosa obra alencariana, pode ser conferido no microfilme PR-SOR 4623-4634 – Jornais diversos “SP” (1847-1852), no setor de Periódicos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Especificamente, a revista que traz o escrito em questão é a ENSAIOS LITERÁRIOS, 4ª Série, Número 1, maio de 1849. São Paulo: Typ. Do Governo (em Palácio). O texto está entre as páginas 10 e 12 do citado volume. Importa ainda frisar que Alencar retomaria este escrevendo nova biografia sobre aquele líder da Insurreição Pernambucana. Esta, porém, nunca saiu do manuscrito, sendo clara, porém, sua importância na construção de *Poty*, personagem que, junto a Martin Soares Moreno, compõe o núcleo central de *Iracema*. Convém anotar, por fim, que optamos por manter as marcas do tempo em que todos os documentos foram escritos, assumimos, portanto, grafia e gramática encontradas nos originais.

Este último, único temporalmente marcado, data de março de 1862, mas a leitura do conjunto nos leva a crer que os fragmentos datem dessa mesma época, tendo servido de estudo para a construção desse escrito.

Os documentos chamam atenção pelo fato da história da Independência e do próprio Pedro I não serem temas comuns à historiografia oitocentista, pelo menos, até a década de 1870 e com mais força após 1880.

Entre 1838 e 1878, por exemplo, somente seis textos sobre D. Pedro I e outros temas relacionados ao Primeiro Império seriam publicados nas páginas da RIHGB. Destes, um sairia em 1859, outro em 1868, e os demais ao curso da década de 1870³. A carência de publicações sobre o tema pode ser explicada à luz das questões políticas em torno da figura dos dois Imperadores, D. Pedro, o pai, e D. Pedro, o filho, uma vez que para a pré-historiografia nacional, D. Pedro I era figura deveras paradoxal.

Se por um lado, ao realizar a Independência do Brasil nosso primeiro Imperador ganhou a imagem de *libertador*, por outro, sua inquebrantável ligação com a política lusitana lhe conferia traços de *traidor*. Síntese maior da duplicidade de caráter projetada em D. Pedro I se revela na abdicação de 7 de abril de 1831, pela qual o proclamador da Independência do Brasil, abrindo mão da Coroa nacional e regressando a Portugal, efetivava a Independência brasileira.

A politização em torno tanto desse capítulo da História nacional, quanto da memória de D. Pedro I, não passou despercebida aos olhos de José de Alencar. Assim, na introdução do documento em provas tipográficas lemos:

Quando em torno do monumento nacional, consagrado pelo reconhecimento publico á memoria do fundador do Imperio Brasileiro, sussurra a murmuração politica, e á face da imagem augusta vem, degenerado liberalismo de recente origem, amesquinhar o vulto heroico, é justo que a voz da historia, fria e severa seja ouvida. (ALENCAR, 1862, f. 1)

A postura assumida por Alencar é muito diferente da encontrada na biografia de D. Pedro I, publicada na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, um dos poucos livros impressos na baliza temporal que compreende os quarenta anos acima delimitados.

Ali, referindo-se ao processo da Independência nacional, o autor incumbido da biografia, afirmava não ser projeto seu “escrever a historia dessa bella época de tanta gloria,

³ Cf. no *Índice da RIHGB* (Rio de Janeiro, Tomo CD, 1998), especificamente nas páginas 938-942 e 1204-1205. A cliometria acima não levou em consideração os documentos impressos sobre a Independência do Brasil, *passim*, nas páginas das Revistas do IHGB publicadas no período em questão.

de tanta ufania para o nome brasileiro e para o príncipe que se collocou á frente do Brasil” (SISSON, 1861, p. 8); continuando, afirmava que apenas indicaria algumas datas, subtraindo-se de qualquer aprofundamento.

Por seu turno, o texto alencariano insistia que a História deveria instruir “perante a opinião o processo político da independencia do Brasil”, devendo fazer para isso “largo quinhão de gloria ao instituidor da monarchia” (ALENCAR, 1862, f.1).

Para Alencar, o silêncio em torno do primeiro Imperador era fruto do “liberalismo moderno que, debalde, se esforça por negar a D. Pedro I a sinceridade de sua dedicação á causa nacional” (Ibid., loc. cit). E é no sentido de resgatar do esquecimento a memória da Independência, que Alencar se propõe a escrever sobre aquilo que nomeia como sendo “o mais importante periodo dos annaes patrios” (Ibid., loc. cit).

A arqueologia do texto nos possibilita afirmar que o autor se valeu tanto de documentos oficiais (para usarmos termos daquela época), quanto de obras publicadas por seus contemporâneos. As notas de rodapé, por exemplo, informam que Alencar utilizou a *História Geral do Brasil* de Varnhagen; os *Diarios das Cortes gerais, extraordinárias e constituintes da nação portugueza*⁴ e uma Carta de D. Pedro I datada de 19 de junho de 1822.

Fragmento manuscrito, também encontrado no caderno 5, indica possível continuidade do documento em provas tipográficas. O fragmento intitulado *Datas e documentos*⁵ parece ser um fichamento dos *Diários das Cortes* e é composto por duas folhas com anotações desvinculadas entre si, mas unidas pela temática da Independência.

As citações registram as falas de alguns brasileiros integrantes das Cortes Vintistas, entre estes o monsenhor Francisco Moniz Tavares, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, Cipriano Barata e, inclusive, o próprio pai do escritor, José Martiniano de Alencar.

Outro fragmento manuscrito, também colecionado no caderno 5, apresenta uma série de anotações sobre D. Pedro I e sua atuação política (ALENCAR, S./D.)⁶. A leitura comparativa do teor desse documento com o conteúdo do *1820-1821* nos possibilita afirmar que o fragmento consiste num estudo para a elaboração da versão alencariana da história da

⁴ Os *Diarios das Cortes gerais, extraordinárias e constituintes da nação portugueza* registram as atas das chamadas Cortes Constituintes Vintistas, primeiro parlamento português de padrão moderno, fruto da Revolução Liberal do Porto, cujo objetivo principal seria a elaboração e aprovação da Constituição de Portugal. Em 1822, mesmo ano em que a Constituição Portuguesa foi aprovada, saíria em Lisboa, pelas máquinas da Imprensa Nacional, a publicação dos *Diários das Cortes*, importante registro dos debates políticos vivenciados entre 24 de janeiro de 1821 e 4 de novembro de 1822, no Palácio das Necessidades, sede das Cortes Gerais. A citação utilizada por Alencar no seu estudo pode ser conferida na página 644 do 6º tomo da coleção dos *Diários*.

⁵ Cf. ALENCAR, José de. *Datas e documentos* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [2f].

⁶ Cf. ALENCAR, José de. *D. Pedro I* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [4f].

Independência do Brasil, sendo certo que para a consecução daquele escrito o autor também leu as obras tanto de Robert Southey quanto as de John Armitage.

Assim, a partir do cruzamento dos dados colhidos na arqueologia do saber alencariano inferimos que a obra de Robert Southey utilizada por Alencar foi *História do Brazil*, publicada no ano de 1862, na cidade do Rio de Janeiro, da Garnier, numa coleção luxuosa de seis volumes⁷.

Quanto à obra de John Armitage, asseveramos se tratar da tradução executada por Joaquim Teixeira de Macedo dos dois volumes que compunham *The History of Brazil*, editada num volume único, no Rio de Janeiro, em 1837, pela tipografia de J. Villeneuve⁸.

Mas que importam esses dados? Uma primeira constatação é o tino de Alencar para as novidades historiográficas. Os textos de Varnhagen e de Southey eram produções muito recentes quando da escrita do documento. Outro ponto importante é o fato de Alencar ir buscar informações na documentação da época, confrontando-a, para criticar ora os documentos, ora os autores que lhe dão lastro interpretativo.

Ora, a postura de José de Alencar, evidencia um modo invulgar para a historiografia daquela época, muito mais afeita, salvo raras exceções, a relatar datas e apresentar documentos, afastando-se de qualquer posicionamento crítico em relação ao evento estudado.

Mas examinemos mais a fundo o documento em questão.

Antes de iniciar a discussão em torno daquilo que nomearia como sendo “o drama da independência” (ALENCAR, 1862, f. 2), Alencar afirma que o germe do processo independentista estaria pré-posto na revolução de 1773⁹, mas que somente com a chegada da família real às terras do Brasil, o espírito ganharia força suficiente para impulsionar a história nacional para a “virilidade robusta das nações livres” (Ibid., loc. cit). Hegelianamente, José de Alencar anota ser “interessante seguir nas paginas da historia o rastro luminoso da idéa providencial” (Ibid., loc. cit.) do estabelecimento do Império brasileiro. E é nessa perspectiva que traça a evolução dos seus argumentos.

⁷ A tradução para o português ficou aos cuidados do Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e as anotações à obra couberam à pena do cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. É possível que Alencar tenha tido acesso ao texto original em inglês. A hipótese que lançamos baseia-se no fato de Alencar citar diretamente a referida obra em inúmeras outras ocasiões, como em Ubirajara que, muito embora diste quase uma década do documento ora analisado, não pode ser entendido, conforme apontamos ao longo desta tese, como fruto de um esforço de momento, mas, e aí sim, como resultado de uma longa gestação intelectual do autor.

⁸ Identificamos na página 9 da referida obra a exata passagem parafraseada nas anotações de José de Alencar.

⁹ Trata-se da “Boston tea party”, ocorrida em 16 de dezembro daquele ano, que marcaria o início do processo de Independência norte-americano, concluído em 1776 com a fundação dos Estados Unidos da América. Alencar afirma ainda que os movimentos da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana teriam sido “abortos de uma idéa ainda não amadurecida no espirito publico”. Loc. cit.

Toda a primeira parte do documento foi escrita no sentido de apresentar as bases da nação que se ia formar: Alencar primeiro aponta as transformações operadas nas estruturas econômicas quando da chegada de D. João VI no Brasil, em 1808; em seguida aponta as mudanças nas estruturas políticas; por fim, indica a metamorfose havida na intelectualidade brasileira.

Na segunda parte da análise, Alencar comenta rapidamente dois eventos anteriores à Independência brasileira: a Revolução Pernambucana de 1817 e a Revolução do Porto de 1821. Segundo o escritor, os dois movimentos foram fundamentais para a instituição da consciência libertária, promovendo a “explosão precoce das aspirações constitucionais que pullulavam no paiz” (Ibid., f. 5), ratificando a Independência do Brasil que, na sua percepção, já era uma realidade desde 1815 (Ibid., f. 4).

Na terceira parte do texto, Alencar propõe 1821 como o marco fundante da história política do Brasil. Analisando um documento oficial¹⁰, o autor afirmaria:

*A independência brasileira, idéa vivaz e palpitante, ali estava consagrada no reconhecimento da necessidade de uma lei orgânica especial; mas a adesão á causa da revolução era vaga e incerta: o rei não se pronunciava a respeitoda natureza das reformas constitucionais que julgava convenientes, e reservava-se o direito da sanção.
Essa reserva foi mal recebida; e promoveu a sedição militar, que levou D. João VI a aderir, sem restrições, ao regimen constitucional. (ALENCAR, 1862, f. 6)¹¹*

Nessa perspectiva, para Alencar, a adesão irrestrita de D. João VI ao regime constitucional advindo da Revolução do Porto abriu espaço para a estreia de D. Pedro como príncipe liberal, “revelação precoce do futuro promulgador de duas constituições

¹⁰ Trata-se do Decreto de 18 de fevereiro de 1821 que “Determina que o Príncipe Real vá a Portugal; convoca os Procuradores das Cidades e Villas do Brazil para em Junta de Côrtes se tratar das Leis Constitucionais e cêria uma commissão encarregada de preparar os trabalhos de que se devem ocupar os mesmos Procuradores.” (in: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821, Página 9 Vol. 1 pt. II).

¹¹ Ao que parece, a figura de D. Pedro I causava mesmo admiração em José de Alencar. Como veremos no próximo capítulo desta tese, José de Alencar publicaria no ano de 1854, no seu folhetim *Ao correr da pena*, uma cobrança pedindo mais respeito à memória do proclamador da Independência do Brasil. Seguindo esta mesma perspectiva, no documento em análise podemos verificar que a posição do autor continua em favor da memória do primeiro Imperador. Alencar, visava resgatar o primeiro Imperador do Brasil da “erronea opinião de recente data” a qual o rotulava como “inimigo do governo constitucional” (Loc. cit.). Para compreendermos o porquê da imagem de D. Pedro I traidor, basta lermos algumas das obras inaugurais do Romantismo Brasileiro apresentadas ao longo do primeiro capítulo desta tese. Para mais pormenores sobre a vida de D. Pedro e as interpretações construídas a respeito do monarca tanto na historiografia nacional, quanto na historiografia lusitana, vide indicações da nota 22.

representativas, e das mais livres que se inscreveram no grande código político da vida das nações”. (Ibid., f. 7).

A quarta e última parte do documento apresenta as reflexões alencarianas sobre a reconfiguração dos reinos de Portugal e do Brasil. Para tanto, o autor se valerá de dois documentos: o decreto de 7 de março de 1821, anúncio da partida de D. João VI, e a carta de D. Pedro I para D. João VI, datada de 19 de junho de 1822.

Em tom laudatório, Alencar sublinha a “energia e coragem cívica” de D. Pedro, marcas que o “distinguiu durante sua carreira” e afirma que o primeiro Imperador do Brasil “fez cumprir a lei, respeitar a autoridade constituída, e acatar a soberania nacional representada pelo futuro congresso”. (Ibid., f. 10).

A interrupção brusca no raciocínio desenvolvido por José de Alencar sugere a continuidade do texto e, no mesmo sentido, ainda no caderno 5, encontramos um manuscrito que confirma essa impressão.

Encimado simplesmente pelo ordinal 5^o ¹², o manuscrito de 11 páginas dá sequência lógica ao raciocínio desenvolvido em *1820-1821* — curiosamente interrompido na quarta seção. O escrito em questão apresenta as reflexões de José de Alencar sobre um documento referente à Independência nacional, nomeadamente, sobre a proclamação feita pelas Cortes Gerais aos habitantes do Brasil no dia 13 de julho de 1821.

Importa frisar que, tanto no documento em provas tipográficas, quanto no manuscrito, Alencar tece pesadas críticas ao pensamento liberal em voga no Brasil. Tal constatação nos faz crer que os estudos alencarianos sobre a história de D. Pedro I e da Independência podem ter servido como introdução (não publicada) às *Cartas Políticas* lançadas entre 1865 e 1868¹³, nas quais o autor apresenta pesadas críticas à conjuntura político-econômica do Império de D. Pedro II.

Além dos documentos já citados, há ainda, no mesmo caderno, uma breve anotação sobre alguns gabinetes ministeriais do Primeiro Reinado. Ali, Alencar apresenta uma descrição constante de nomes de políticos, cargos ministeriais e datas de posses¹⁴. Aos nossos olhos, este documento também contribui para o fortalecimento da possibilidade de um projeto de história alencariana do Primeiro Reinado.

¹² Cf. ALENCAR, José de. 5^o (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEp05 [11f].

¹³ As *Cartas Políticas* em questão são: 1) *Ao Imperador, cartas de Erasmo*, cuja primeira edição saiu em 1865, seguida de uma segunda edição, em 1866, na qual foi incluída uma *Carta ao redator do Diário* [do Rio de Janeiro]; 2) *Ao povo, cartas políticas de Erasmo*, tiradas em 1866 e acompanhadas das cartas *Ao Marquês de Olinda e ao Visconde de Itaboraí, carta de Erasmo sobre a crise financeira*; e 3) *Ao Imperador, novas cartas políticas de Erasmo*, publicadas no correr dos anos de 1867 e 1868. A referência completa à compilação dessas cartas organizadas, prefaciadas e anotadas por José Murilo de Carvalho, está na nota 155, supra.

¹⁴ Cf. ALENCAR, José de. 1^o *Reinado* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEp05 [1f].

Considerando as *Cartas Políticas* de José de Alencar e a *Historia magistra vitae*, fortemente praticada no Brasil de D. Pedro II, julgamos não ser demais afirmar que Alencar lançava mão do passado Imperial brasileiro para redirecionar o presente político nacional.

Como símbolo da superação da crise política e do espírito nacionalista, o autor de *Guerra dos Mascates* resgataria a imagem de D. Pedro I, providencialmente obliterada pelos interesses políticos promotores de sua abdicação, fortalecidos no Período Regencial e com grande poder de influência na Corte de D. Pedro II.

De qualquer modo, o José de Alencar historiador não escreveria apenas sobre o Primeiro Reinado. Entre seus manuscritos encontramos várias outras anotações, diversos estudos, um tanto de datações, esboços, enfim, de histórias nunca por ele terminadas. Aliás, como informa Araripe Júnior, o escritor “contrahira o habito de escrever dez, doze obras ao mesmo tempo” (ARARIPE, 1882, p. 217), característica que, como veremos, parece ter-se intensificado nos últimos anos de sua vida.

Mas não seria este o tipo de história da escrita crítica de José de Alencar.

Talvez, desiludido com as práticas historiográficas de seu tempo, o escritor tenha se dedicado de corpo e alma a outro caminho, a Literatura. Em sua escrita, História e Literatura se mostram conscientes uma da outra; fundidas em uma só e formando a *poética historiográfica alencariana*.

Filha direta da crítica sócio-política e da estética nacionalista do autor, o paradigma historiográfico por ele lançado romperia toda a lógica da ciência de Clio em vigência no Império dos Trópicos.

Uma nova História para uma história nova. Não seria essa a pretensão de José de Alencar?

Mas não entremos neste aspecto da produção alencariana. Voltemos ao nosso objeto. Ainda temos uma transcrição de um manuscrito por apresentar.

A abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, seria tomada pelas letras fundadoras da nacionalidade brasileira como passo fundamental para a afirmação da mesma e, logo, a data passaria a ser eternizada em poemas e estudos históricos. De fato, como bem apresenta José Murilo de Carvalho (2010, p. 59), “o fim do Primeiro Reinado significou o afastamento de muitos políticos ligados a Pedro I e a entrada em cena de nova geração de líderes”.

Convém anotar que esses *novos líderes*, essa nova elite política que se estabeleceria na cena nacional era pela primeira vez, quase toda, filha da terra, e isso teria peso fundamental na dinâmica constitutiva da Nação, que nem mesmo havia completado seu décimo ano de Independência.

Aliás, Márcia de Almeida Gonçalves (2009, p. 429) nos lembra que:

Em tempos e terrenos movediços, como foram os do estabelecimento de espaços independentes nas diversas regiões americanas transfiguradas pela ação colonizadora europeia, entre os séculos XVI e XVIII, o ato de circunscrever uma identidade para os jovens países emergentes tornou-se missão e compromisso político.

Assim sendo e, ainda seguindo o raciocínio da autora:

Na construção e consolidação do império do Brasil, no curso da primeira metade do século XIX, muitos foram os letrados que, afetados direta ou indiretamente pelas tensões resultantes da independência, formularam reflexões e projetos sobre tais experiências e seus impactos no meio social em que se inseriam. (Ibid., loc. cit.)

Não tardaria muito, após a abdicação de D. Pedro I e a já presente necessidade de autoafirmação da identidade nacional, a ocorrer uma viragem estética profunda, que atuaria radicalmente na mentalidade do novo país, edificando um passado totalmente original, construindo valores absolutamente próprios e vinculando-se com os ideais propostos pela nova elite nacional: surgia o Romantismo.

Assim, a independência do Brasil, ironicamente sublinhada com a abdicação de seu proclamador, exigia a criação de um algo novo, capaz de edificar a moralidade da nação, ordenar as suas glórias, representar suas belezas e firmá-la independente no mundo: eis a missão encampada, a partir de 1839, pelo IHGB.

Aos poucos, a elite político-intelectual brasileira orgulhosamente iniciava a busca de sua nacionalidade através da construção de uma nova cultura, fundando as bases políticas do novo Estado, sobretudo, inventando uma tradição nova, devidamente ligada aos valores culturais e morais pretendidos para o Brasil. O meio para alcançar tais aspirações seria a fundação das letras nacionais. Estas, porém, como bem sublinha Bernardo Ricupero (2004, p. 86), somente se efetivariam com a “elite intelectual do Segundo Reinado, impregnada das ideias românticas”.

De qualquer forma, os atores da viragem romântica, os defensores da ideia de que “para existir nação é preciso que haja literatura e historiografia brasileiras” (Ibid., loc. cit.), já atuavam no palco nacional, desde o período das agitações pós-independência, (re)construindo

e (re)configurando o passado brasileiro consoante o projeto político que se ia efetivando na nação.

O manuscrito ora transcrito, uma vez mais revela o arrojo historiográfico de Alencar. Muito embora nele não se possa ler o processo de ficcionalização da história, tão característico do projeto de literatura nacional promovido pelo autor, encontramos no fragmento outro importante elemento intensamente manifestado pelo espírito alencariano: a crítica.

Curto, contando apenas com três páginas, tolhido pela má sorte do acaso que fez se perder, no tempo e no espaço, o desenvolvimento das argumentações do autor, a fração documental ora exposta, possibilita inferir o descontentamento de Alencar para com a versão promovida pelos doutos paladinos da memória pátria que, reunidos no IHGB, favoreciam José Bonifácio como o grande patriarca da emancipação política brasileira, relegando o nome D. Pedro I (e outros mais), para o olvido da nação.

Juntamente com os documentos anteriormente apresentados, o manuscrito que trazemos à lume compõe o *Caderno 5* da coleção alencariana, sendo parte de um total 192 páginas, das quais 145 manuscritas e 47 impressas.

Sem mais para o momento, à ele.

(***)

Reflexões de José de Alencar sobre a Independência do Brasil¹⁵

[fl 1]

A resistência de D. Pedro aos decretos das cortes produziu a revolta da divisão portuguesa comandada por Jorge de Avilez. Depois de tres dias de consternação e susto derramado na cidade pelo aspecto ameaçador daquela tropa, retirou ella para a outra banda da bahia de onde por ordem do regente embarcou para Portugal.

Foi quando já a resistencia do regente aos decretos das cortes estava consumada <e por fins de janeiro>, que chegaram as representações de S. Paulo e Minas.

¹⁵ Manuscrito sem título encontrado no Caderno 5 da Coleção José Martiniano de Alencar, sob a guarda da Divisão de Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro – RJ). No manuscrito não é possível identificar local nem data.

Si pois o fico <não foi mais que> o preludio do grito independência, ou morte que <vibrou mais tarde na terra brasileira>; não tem o menor fundamento historico a opinião que proclama José Bonifácio como o <grande> patriarcha da nossa emancipação politica.

A 9 de janeiro quando no paço da municipalidade se decidia dos destinos do Brasil reino irmão, mas independente, José Bonifacio achava-se em S. Paulo, e a sua voz não tinha ainda chegado ao príncipe; os homens desse dia foram José Clemente [Pereira] e [José Joaquim da] Rocha.

A 7 de setembro, quando nos campos do Ipiranga, D. Pedro indignado com as noticias de Portugal e a audacia das cortes arrancava do seu coração o grito que devia ser o verbo da nossa emancipação, José Bonifácio esta- [fl 2]va longe delle, no rio de Janeiro.

A <reistencia de D. Pedro aos decretos das cortes, e os acontecimentos> de janeiro, são illustrados na historia por um documento de grande valor, <e geralmente ignorado. É> o parecer que Silvestre Pinheiro ministro de Estrangeiros de Portugal deu na Conferencia de 15 de março de 1822 à comissão encarregada pela Corte de estudar os negocios do Brasil.

Esse parecer versava sobre o espirito do povo brasileiro à respeito da união dos dois reinos, e especialmente à respeito do projetado regresso do Principe regente à Portugal. Parece que o Soberano Congresso, depois de haver expedido os arbitrarios decretos de 29 de setembro de 1821, nutria receios sobre o modo porque devião elles serem lidados [sic.] no <Brasil; sobretudo depois da leitura das duas cartas que D. Pedro escrevera à seu pai em 10, 14 <e 15> de dezembro.

Eis o que pensava então Silvestre Pinheiro:

“... Ou S. A. Real na presença das representações das provincias suspendeu os preparativos para a formação da junta governativa do Rio de Janeiro e para seu proprio embarque; ou deixou prosseguir tudo como havia ordenado, sobre o que se deve observar que ate a partida do correio, não constava a contraordem e havia quase um mes que as ordens estavam dadas.

[fl 3] E portanto, suppondo que em consequencia dellas os eleitores e os transportes estavam promptos; então ou S. A. Real deixava eleger a junta e a installava e partia; ou sustava esta ultima conclusão. Si a sustava, é à meu ver quase certo que a divisão europea lançava mão das armas para fazer effectivo o cumprimento dos decretos do soberano congresso. O mesmo digo, si constasse que S. A. Real havia dado contraordem para se não prosseguir mais na nomeação dos eleitores, nem nos preparativos da partida.

Uma vez posta em armas a divisão, posso affiançar, pelo conhecimento que tenho do Rio de Janeiro [sic.] que nem o resto da tropa de linhas, nem as milícias, que compreende o resto dos habitantes em estado de resistir, farião a menor oposição.

Em nem um de quantos movimentos tem havido desde o memoravel dia 26 de Fevereiro [sic.] ate agora, teve parte alguma activa a gente do pais, compreendendo mesmo os europeus ali estabelecidos, se não era com discursos, clubs e pasquins, como os de que agora seou vem [sic.] noticias, mais volumosas em salão da liberdade da imprensa.

É portanto para mim eminentemente provavel que a divisão portuguesa, ou, ameaçando pegar [O documento se interrompe aqui, fl 4 não localizada no caderno 5]

Fontes:

ALENCAR, José de. *1820-1821* (em provas tipográficas). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [10f], 10 folhas [1862].

ALENCAR, José de. *Traços biographicos sobre a vida de D. Antonio Felipe Camarão* In: **Ensaio Literários**. 4ª Série, Número 1, São Paulo: Typ. Do Governo (em Palácio), maio de 1849, p. 10-12. - microfilme PR-SOR 4623-4634 – Jornais diversos “SP” (1847-1852). Setor de Periódicos da Biblioteca Nacional.

ALENCAR, José de. *Datas e documentos* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [2f].

ALENCAR, José de. *D. Pedro I* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [4f]

SISSON, S. A. [Editor]. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, 1859-1861.

Referências bibliográficas:

ARARIPE JR., Tristão Alencar. *José de Alencar: Perfil literário*. Rio de Janeiro: Typ. da Escola de Serafim José Alves, 1882.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem / Teatro das sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CEZAR, Temístocles. *Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In: **Revista Diálogos**. Maringá, v. 8, n. 1, 2004, p-11-29.

_____. *Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX*. In: **Métis: História & Cultura**. Caxias do Sul, v.2, n.3, jan./ jun. de 2003

GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Cia. Letras, 1990.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial, volume II (1831 - 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.427-465.

LEAL, Tito Barros. *Iracema, para além das expectativas. Ficionalização da História em José de Alencar*. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo, v 4, n. 7, Jul. de 2012, p. 60-71.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.